

# Políticas e dinâmicas recentes em aldeias da Galiza e do Norte de Portugal. Uma análise comparativa<sup>\*</sup>

José Rio Fernandes, Francisco García-Fernández, Xurxo Loureiro, Jorge Blanco, Alfonso Ribas-Álvarez, José Manuel Rocha.

## 1. Apresentação

As aldeias não são lugares isolados. São o resultado de uma continuidade, normalmente longa, de dinâmicas multinível e articulações com a envolvente e com núcleos urbanos de dimensão e distância variável. Como em geral no Sul da Europa, as aldeias da Galiza e do Norte de Portugal, em especial as mais remotas, enfrentam desafios de despovoamento, declínio económico e risco de incêndio florestal que, não sendo novos, são nos últimos anos mais alargados e intensos, encontrando em contrapartida novas formas de resistência, resiliência ou modernização, que se misturam entre si e podem adotar tanto meios de alta tecnologia como saberes antigos. Nestes processos, *space-based* (tematicamente integrados num dado espaço) quase sempre, sobressai a capacidade de iniciativa dos moradores e a importância da intervenção pública, onde não raro está presente o financiamento europeu.

É de algumas dessas experiências que aqui se dá conta, fazendo incidir o foco em particular sobre seis aldeias que servem de estudo e reflexão a propósito das políticas públicas de desenvolvimento rural e do futuro das aldeias no noroeste da Península Ibérica.

## 2. Contexto

### 2.1. Declínio rural

O processo de globalização produziu uma compressão intensa do espaço e do tempo, reforçando os centros e assim favorecendo o processo de metropolização (com concentração de pessoas, empresas e poder em algumas “regiões urbanas”), ao mesmo tempo que aprofundava a marginalização das áreas rurais.

Num quadro neoliberal, em que muitas vezes o Estado colabora com as empresas na afirmação das cidades – das metrópoles, ou metápoles (Ascher, 1995), especialmente –, reconfiguram-se as relações entre o rural e o urbano. Nesta reconfiguração, à medida que diminui a distância física entre cidades, geram-se “ilhas de negligência” (Geneletti et al., 2017) ou “left-behind places” (Rodríguez-Pose et al, 2023, Pike et al, 2023), associando-se a várias formas de injustiça espacial (Soja, 2010), designadamente na conectividade, no acesso ao ensino ou saúde e na expectativa de uma vida sem angústias de base económica.

---

<sup>\*</sup> Este texto insere-se no projeto PAISACTIVO e aproveita a investigação realizada pelos autores e que deu lugar ao texto “Policies and Practices for Resilience in the Face of Rural Depopulation, Economic Devitalisation and Fire Exposure. A Multiscale Approach in Northern Portugal and Galicia.

## 2.2. Resiliência e 'renascimento rural'

Alguns autores sublinham, no quadro de transformações globais, uma tendência contrária à da metropolização: a criação de um “campo global” (Woods, 2007) como um espaço interligado que desafia a hegemonia da “cidade global” (Sassen, 1991), onde a multifuncionalidade rural promove a diversificação económica e a revalorização do lugar, combinando recursos endógenos com oportunidades externas (Vasta e outros., 2019).

Os discursos contemporâneos sobre resiliência rural enfatizam as capacidades adaptativas e a aprendizagem socioecológica (Christopherson et al., 2010), onde um processo dinâmico e de múltiplo equilíbrio se afirma através da interação entre os ativos internos da comunidade e os sistemas de apoio externos (Sánchez-Zamora et al., 2016). Neste quadro, iniciativas orientadas localmente, de natureza cultural, económica ou ambiental, podem desempenhar um papel central na sustentação das comunidades e na reconfiguração dos seus percursos de desenvolvimento (de Haan et al., 2019; Kusio et al., 2022).

Este “renascimento rural” é impulsionado por novos atores – inovadores sociais, nómadas digitais e empreendedores rurais – que promovem o empoderamento coletivo e a coesão social, ao mesmo tempo que redefinem as economias locais para além da maximização do lucro (Achtenhagen et al., 2010; Anderson, 2000), por vezes no quadro de processos ditos de contraurbanização (Champion, 1989), onde o rural garante todas as condições do urbana o pouca distância-tempo da cidade (processo este enormemente facilitado pela Internet). Através do seu envolvimento, os territórios rurais são reformulados não como simples espaços agropecuários ou de lazer, mas como laboratórios de inovação e resiliência, capazes de gerar futuros alternativos baseados na capacidade dos habitantes locais (permanentes e não permanentes) e no capital territorial.

## 3. Políticas públicas e instrumentos para o desenvolvimento rural

### 3.1. CEE e União Europeia

O descontentamento social nas zonas rurais e o desejo de autonomia agroalimentar levaram ao reconhecimento da agricultura como preocupação central dentro da Comunidade Económica Europeia (CEE), culminando na criação da Política Agrícola Comum (PAC) em 1962, destinada principalmente a combater os desequilíbrios nas zonas rurais.

A adesão da Grécia (1981), Espanha e Portugal (1986) – após a Irlanda (1973), onde aproximadamente 30% da população ativa trabalhava na agricultura – motivou uma reforma dos fundos estruturais e uma reorientação das políticas agrícolas para melhorar as condições de vida rurais (DGDR, 1989; Hill, 2012).

O Futuro do Mundo Rural (EC, 1987) definiu programas prioritários integrados em fundos estruturais, com um foco fundamentalmente regional. O LEADER I (Ligações entre Ações para o Desenvolvimento da Economia Rural), implementado entre 1991 e 1993, introduziu medidas para combater o despovoamento, enfatizando a revitalização local e a promoção de características e produtos endógenos (Regulamento do Conselho (CEE) n.º 797/85, (Law797/85, 1985). Em 1994, reforçou uma abordagem mais integrada, introduzindo medidas direcionadas a atores rurais e territórios. Os seus principais objetivos eram a equidade territorial – garantindo igualdade de oportunidades no acesso a bens públicos e reconhecimento das

capacidades locais – e o desenvolvimento rural sustentável, com melhoria das condições de vida e valorização dos recursos naturais, culturais e paisagísticos (Nègre, 2023).

A Agenda 2000 marcou uma mudança, alinhando a PAC com os objetivos de desenvolvimento rural (Dax, 2014; Milicevic, 2023). As políticas foram simplificadas, enfatizando a competitividade, inovação, apoio dos jovens agricultores, gestão sustentável dos recursos naturais e desenvolvimento territorial equilibrado (Hill, 2012; Nègre, 2019).

As avaliações de 2020 conduziram a reformas da PAC para 2023–2027, priorizando a mitigação e adaptação às alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhoria ambiental e promoção do bem-estar animal (EC, 2016; Nègre, 2023).

## 3.2. Portugal e Espanha

### Portugal

Portugal tem 81% do seu território classificado como rural, dos quais 47% são terras agrícolas e 39% são florestais (EC, 2024). Aproximadamente um terço da população (33%) reside em áreas rurais (EC, 2024), embora o Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE, 2021a) reporte apenas 11,7%.

O declínio agrícola e o despovoamento rural têm sido evidentes desde meados do século XX, impulsionados pela industrialização e concentração populacional ao longo da costa entre Viana do Castelo e Setúbal. A adesão de Portugal à CEE renovou a atenção ao desenvolvimento rural. Os Planos de Desenvolvimento Rural no primeiro Quadro de Apoio Comunitário (CSF I, 1989–1993), derivados dos fundos LEADER I e II, levaram à criação dos Grupos de Ação Local (GALs) (MADRP, 2007; Resposta e outros., 2019), que supervisionava 48 associações locais de desenvolvimento e cinco atores coletivos, promovendo o desenvolvimento territorialmente integrado.

A par do Programa Específico para o Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), da implementação da PAC e de iniciativas direcionadas como o VALOREN (para infraestruturas energéticas endógenas) e o Programa de Telecomunicações Rurais, o LEADER+ enfatizou o envolvimento das partes interessadas, as ligações rural–urbanas, a integração setorial das políticas, a consciencialização ambiental, a qualidade e segurança alimentar, e a organização territorial (IDRHa, 2006; Vast e outros., 2019).

O Fundo Europeu de Agricultura para o Desenvolvimento Rural (EAFRD, 2007–2013) apoiou o Plano Estratégico Nacional (PEN) e o Programa da Rede Rural Nacional (PRRN, 2000–2006) no âmbito do CSF III (MADRP, 2007; Ministério da Agricultura e do Mar, 2015). Neste quadro, foram estabelecidos o Plano de Desenvolvimento Rural (RDP) no âmbito de PORTUGAL 2020, o Programa Continental de Desenvolvimento Rural (PRODER), as Estratégias de Desenvolvimento Local (LDS), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) e o Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT).

Apesar destes esforços, a despovoação rural persiste (Fernandes e Seixas, 2018; Ferrão, 2000, Novais et al., 2000; Pires de Almeida, 2017).

O envelhecimento da população, a diminuição das taxas de natalidade e a migração reduziram a renovação geracional (Ferrão, 2000, Portela, 2020, Rodrigues, 2008), resultando numa diminuição do uso do solo agrícola, incluindo culturas temporárias e pastagens permanentes (Rolo e Cordovil, 2014). Ações políticas que promovem a

migração para as cidades, como o encerramento de centros de saúde e escolas e as reformas da PAC afetaram ainda mais a vitalidade rural. As consequências incluem perda cultural e patrimonial, erosão do solo, declínio da biodiversidade, aumento da intensidade dos incêndios e degradação das infraestruturas (Cavaco, 2005; Domingues, 2011).

No entanto, surgiram também movimentos dos espaços urbanos para os rurais, designadamente de residentes urbanos móveis, levando a uma certa reinvenção de algumas aldeias, embora por vezes resultando numa certa “disneyficação” ou disrupção sociocultural (Baudin et al, 2014; Covas, 2020; Covas, 2016), com algumas a serem recentradas em torno do lazer, da tecnologia e do estilo de vida, em vez da agricultura, recriando-se como “aldeias históricas”, “aldeias de xisto”, “aldeias de Portugal”, enfim, “aldeias de qualquer coisa” (Domingues, 2011; Ferrão, 2000; Ferrão, 2016).

## Espanha

As transformações nas zonas rurais espanholas intensificaram-se a partir da década de 1960, com o despovoamento, o envelhecimento e o declínio do dinamismo económico evidentes no Censo Agrícola de 1972, em comparação com o de 1962 (INE, 2024). O crescimento económico (1950–1980), concentrado em Madrid, Barcelona e no País Basco, impulsionou a migração interna, reduzindo as populações rurais em 40–50% e enfraquecendo as estruturas sociais e culturais (Pinilla e Sáez, 2021).

O declínio rural foi agravado pela política da ditadura franquista dita “Revolução Verde”.

A Constituição de 1979 e a criação das comunidades autónomas permitiram políticas descentralizadas, como as de apoio à agricultura de montanha (Lei 25/1982), embora o despovoamento tenha persistido (Arnalte et al, 2008). Já a Lei 19/1995 procurou modernizar as propriedades agrícolas, enquanto a adesão de Espanha à Comunidade Europeia em 1986 introduziu o LEADER e programas sucessores (LEADER II, LEADER+, EAFRD), menos centrados na agricultura e antes dirigidos para o desenvolvimento local, considerando a governação e a diversificação económica (Collantes-Gutiérrez, 2020).

Apesar da modernização e da melhoria na conectividade tecnológica, as áreas pouco povoadas continuaram vulneráveis (na dita “Espanha Vazia”). As diminuições no número de explorações agrícolas e nas Áreas Agrícolas Utilizadas (AAU) refletem o ajuste estrutural, com desafios ambientais e paisagísticos, persistindo desigualdades urbano-rurais (Soler e Fernández, 2015). No entanto, iniciativas inovadoras e específicas a um dado contexto (space-based) que integram economia, tecnologia, qualidade de vida e recuperação cultural oferecem esperança.

### 3.3. A situação do Norte de Portugal e Galiza

A Política Agrícola Comum (PAC), estabelecida em 1962 para combater os desequilíbrios agrícolas e rurais, continua a ser essencial para Galiza e Norte de Portugal, permitindo abrandar o despovoamento rural, especialmente através de programas-chave, como os LEADER I (1991–1993) e LEADER II (1994), que enfatizaram a revitalização local e a especificidade territorial. Posteriormente, a Agenda 2000 incorporou a “Política de Desenvolvimento Rural” na PAC, enfatizando o desenvolvimento rural sustentável, a proteção ambiental e a estabilidade económica

e reformas subsequentes da PAC (2003; 2023–2027) expandiram o foco para as alterações climáticas, biodiversidade e bem-estar animal. Ainda assim, as políticas que moldam o desenvolvimento rural têm sido incapazes de conter a perda populacional em áreas de menor densidade, a área ardida (fig. 1) e o empobrecimento da biodiversidade, com expansão de eucaliptos.

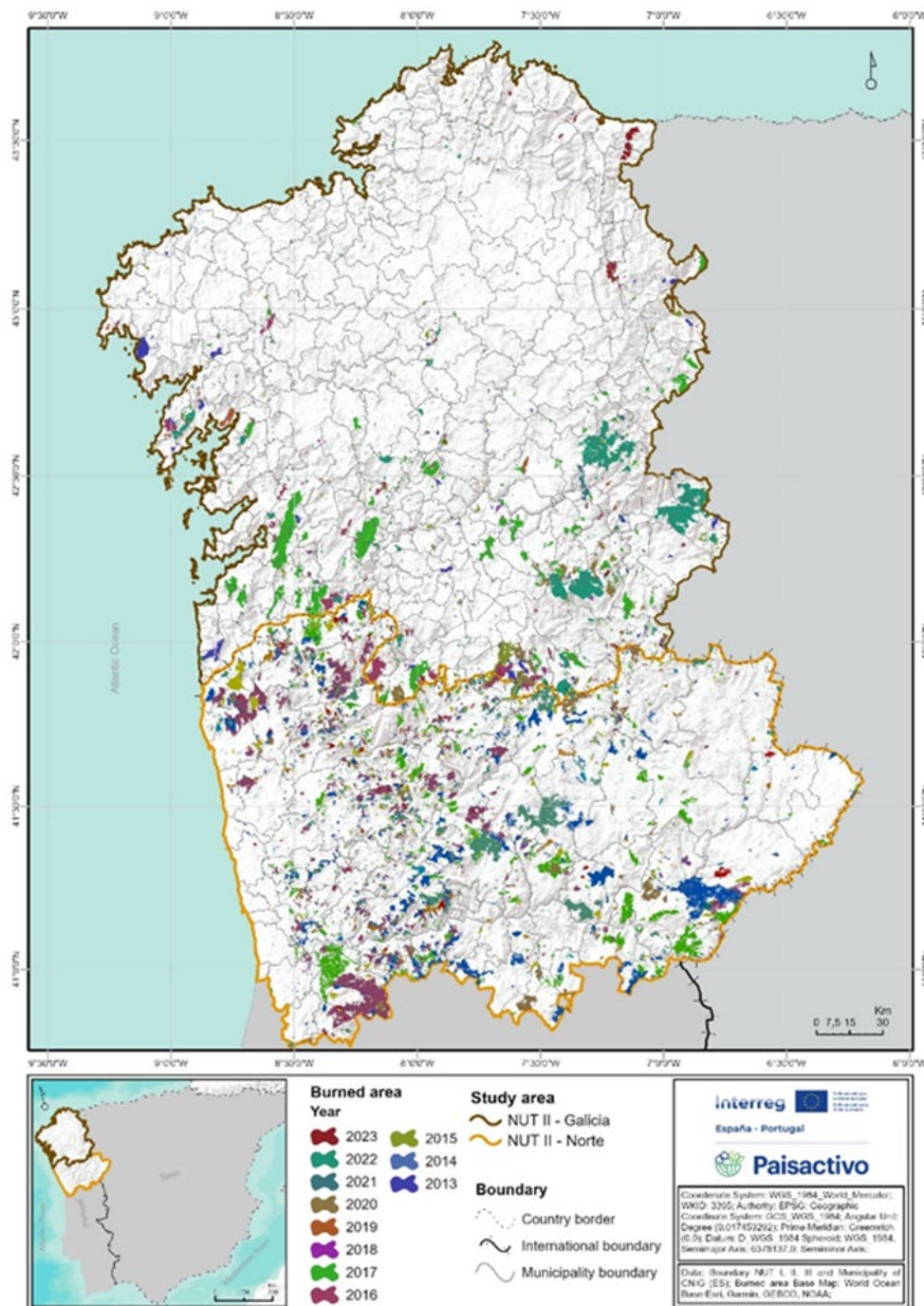


Fig. 1. Área queimada no Norte de Portugal e Galiza (2013-2023)

Fonte: Trabalho próprio baseado na Área Queimada Portugal (ICNF, 2024) e Espanha (EGIF, 2024).

## 4. Aldeias resilientes

### 4.1. Abertura

Para ajudar a compreender o sucesso à escala local, considerando as dinâmicas recentes, toma-se aqui como exemplo alguns casos que possam ser inspiradores, tendo por objetivo travar o declínio demográfico e económico e reduzir a vulnerabilidade aos incêndios florestais. São analisadas seis aldeias, três em cada região, selecionadas entre um total de 18 analisadas em relatório produzido no contexto do projeto INTERREG PAISACTIVO (Pérez et al., 2024). Estas aldeias foram escolhidas tendo em conta a existência de um investimento público e/ou privado significativo e visa apreciar como este pode produzir diferentes efeitos, considerando uma abordagem multiescalar, colaboração multiagente e residente em diversas situações de planeamento e operacionalização baseada no espaço.

### 4.2. Estudos de caso

#### Norte de Portugal

##### Apresentação

Quintandona está localizada no município de Penafiel. Tem 90 habitantes (2021) e está incluída nas 'Aldeias Históricas' de Portugal e no projeto da 'Rota Românica', que tira partido da concentração de elementos da arquitetura medieval para a promoção do turismo e a criação de emprego. A Casa Xiné é a associação local que garante a participação dos residentes, assim como a gestão de um centro que regista mais de 1.000 visitantes mensais de variadas nacionalidades. A sua proximidade à cidade do Porto (35 km/35 minutos) facilita a deslocação ocasional ou diária, assim como a retenção e a visita.



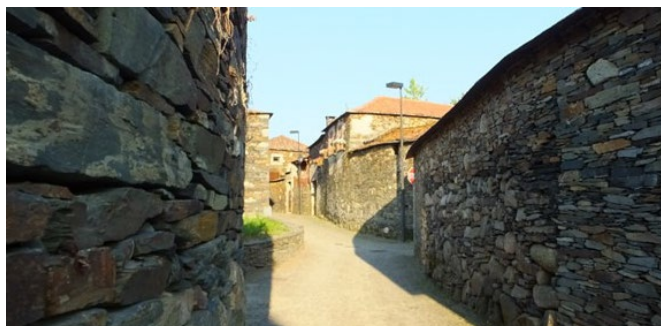
Freixiel é uma aldeia situada no município de Vila Flor, numa região de baixa densidade e paisagem agrícola-florestal, longe de uma grande cidade. Tem 302 habitantes (2021). Possui fonte romana, termas e forcas do século XVI.

Fig. 2 – Freixiel  
Foto de José Manuel Rocha.

Paradinha (no município de Arouca e a 62 km/55 minutos do Porto) é um caso particular, pois não tem residentes permanentes, consistindo em casas restauradas ao longo do rio Paiva, perto do Geoparque de Arouca e do trilho 'Passadiços do Paiva', que incluem a segunda ponte suspensa pedonal mais longa da Europa.

Persistência

O projeto de reabilitação e revitalização (2005–2007) em Quintandona envolveu múltiplos intervenientes, incluindo as autoridades locais, o município e os programas AGRIS, PRODER e LEADER financiados pela UE (800.000 euros; 80% do investimento), workshops que envolveram todos os residentes. A população cresceu de 80 para residentes entre 2001 e 2021.



com  
90

Fig. 3 – Quintandona  
Foto de José Manuel Rocha.

A transformação de Freixiel também envolveu investimento público e, apesar de uma diminuição populacional de 389 habitantes (2011), a perda é mais lenta do que nos povoados vizinhos, enquanto Paradinha é apenas habitada periodicamente, como conjunto turístico. Tanto Quintandona como Freixiel mantêm atividades culturais, como teatro, folclore e oficinas de artesanato, apoiando a coesão comunitária.

## Vitalidade económica

Quintandona acolhe vários festivais, com destaque para a 'Festa do Caldo' (100.000 visitantes em 2026) e um Centro Interpretativo da Aldeia que vende produtos locais. Possui unidades de alojamento e restaurantes que reforçam o turismo cultural. A economia de Freixiel é dominada pela agricultura, com 410 hectares cultivados (olivais, vinhas) que abastecem a Cooperativa Agrícola de Vila Flor, sendo apoiada por projetos de irrigação financiados pela UE (13 milhões de euros). O renascimento de Paradinha depende do investimento privado, complementado pelo apoio municipal (193.000 euros) destinado à recuperação de paisagens e das praias ribeirinhas.



Fig. 4 – Paradinha

Foto de José Manuel Rocha

## Prevenção de incêndios e resiliência

Todas as aldeias enfrentam risco de incêndio florestal. As iniciativas de prevenção e proteção incluem a adesão ao programa 'Aldeia Segura, Pessoas Seguras', que inclui a criação de rotas de fuga e abrigos, bem como a realização de simulações, assim como aos 'Condomínios de Aldeia' que promove a plantação de vegetação resistente ao fogo, a abertura de estradas florestais e práticas locais de gestão florestal. É visível em Paradinha uma gestão das cargas de combustível através de plantações estratégicas, enquanto Freixiel depende de ambientes agrícolas e florestais, bem como de infraestruturas de ataque ao incêndio como hidrantes e reservatórios.

## Galiza

### Apresentação

Santa Mariña de Augas Santas (52 habitantes) é uma aldeia localizada a 6 km da vila de Allariz, na província de Ourense. A freguesia foi declarada Monumento Histórico-Artístico em 1931 e preserva igrejas românicas, uma cripta e o complexo arqueológico Cibdá de Armeá, juntamente com tradições orais. Recebeu o estatuto de Conjunto Histórico-Artístico em 1963.

Puxedo (em Lobios) tem aproximadamente 40 habitantes. É uma aldeia situada a mais de 700 metros de altitude, dentro do Parque Natural Baixa Limia–Serra do Xurés. Desde 2008, a Asociación de Veciños de Puxedo tem promovido a recuperação comunitária, criando o Eco-museu do Pão e a Casa dos Ofícios.

Fig. 5 - Canastros, em Puxedo

Fonte: <https://lulicox.com/trekking-puxedo-lobios-xplorando-xures/>

A Míllara (Pantón) tem apenas 4 habitantes permanentes. Situa-se no coração da área vitícola da Ribeira Sacra, e esteve completamente abandonada durante décadas. Exemplifica a revitalização liderada por privados: em 1999, um empresário adquiriu as cerca de vinte casas em ruínas e as vinhas circundantes, restaurando a aldeia e estabelecendo a adega Finca Míllara sob a denominação de origem Ribeira Sacra.

#### Persistência

Augas Santas diminuiu de 68 para 52 habitantes entre 2004 e 2024, uma trajetória parcialmente atenuada por investimento público sustentado e melhorias no espaço público. A reabilitação da freguesia baseia-se no modelo de Allariz, que foi galardoado com o Prémio Europeu de Urbanismo em 1994. Em 2015, a Xunta declarou um programa específico para Augas Santas, abrangendo 8,7 km<sup>2</sup> e 358 habitações elegíveis para reabilitação, com uma convenção assinada entre o Concello e o Ministério do Fomento. Campanhas arqueológicas lideradas pela Universidade de Vigo (grupo GEAAT) desde 2012 no Cibdá de Armea têm progressivamente descoberto um assentamento galego-romano de aproximadamente 8 hectares, envolvendo residentes locais que cederam terrenos privados para escavação. Esta abordagem participativa fortaleceu o envolvimento comunitário e o apego ao lugar.



Fig. 6 – Santa Mariña de Augas Santas

Fonte: [https://www.turismo.gal/recurso/-/detalle/21950/santa-marina-de-augas-santas?langId=pt\\_PT&tp=7&ctre=27](https://www.turismo.gal/recurso/-/detalle/21950/santa-marina-de-augas-santas?langId=pt_PT&tp=7&ctre=27)

Puxedo estabilizou após o declínio anterior, demonstrando o impacto do compromisso comunitário. A Asociación de Veciños foi fundada em 2008 e a aldeia cresceu para aproximadamente 40 habitantes, ganhando cerca de uma dúzia de novos residentes nos últimos anos. Em 2025, a celebração do

centenário do emblemático carvalho da praça de San Antonio simbolizou a renovada vitalidade da aldeia. Desde 2019, um programa sustentado de reabilitação de propriedades privadas, que abrange correções na paisagem, melhorias na habitabilidade das construções e da sua eficiência energética, e a reconstrução integral de algumas casas em ruína com madeira, tem sido cofinanciado por várias agências galegas. Estas intervenções transformaram uma parte substancial do parque construído da aldeia e possibilitaram a abertura de vários alojamentos de turismo rural.

A população de A Millara cresceu de 0 para 4 habitantes permanentes (2004–2024) devido a iniciativas privadas ligadas à criação de uma empresa vinícola. A reabilitação respeitou a arquitetura vernacular original em pedra e madeira. No entanto, as habitações restauradas funcionam principalmente como segundas residências para proprietários atraídos pela paisagem e pelo microclima mediterrânico deste enclave do rio Miño.

### Vitalidade económica

Augas Santas beneficiou de investimento público direcionado ao património e turismo. Em 2024, a Xunta aprovou um Plano de Sustentabilidade do Turismo (Allariz Destino Sostible) de 1 milhão de euros, financiado pelos fundos NextGenerationEU, visando o corredor do rio Arnoía, elementos do Caminho de Santiago e a melhoria do museu. O projeto arqueológico no Cibdá de Arnea também funciona como um motor económico, gerando emprego em visitas guiadas e posicionando a freguesia nos circuitos do turismo cultural

Puxedo combina ecoturismo baseado no património com produção artesanal. O Ecomuseo do Pan do Xurés (inaugurado em 2021, financiado pela LEADER, Prémio Agader 2020) é um museu ao ar livre do ciclo tradicional do pão, complementado pela Casa dos Ofícios, uma adega, uma exposição de produtos locais e um projeto de estação de bicicletas elétricas movidas a energia solar para mobilidade sustentável. Eventos comunitários como a Festa da Malla e residências artísticas reforçam a oferta cultural.



Fig. 7 – A Millara.

Fonte: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100092249123507>

A economia de Millara está ancorada na viticultura. A Finca Millara atua em cerca de 11 hectares de vinhas numa propriedade maior, produzindo aproximadamente 70.000 garrafas por ano com exportações internacionais significativas, e oferece visitas guiadas na Ruta del Vino Ribeira Sacra. A aldeia vizinha de Valboa, seguindo o mesmo modelo privado, recebeu autorização da Xunta em 2025 para a replicação desta abordagem.

### Prevenção de incêndios e resiliência

Augas Santas e Puxedo localizam-se em Ourense, a província mais propensa a incêndios da Galiza, como ficou evidenciado pela catastrófica época de 2025. Em Augas Santas, a reabilitação do património mantém as paisagens geridas em redor da aldeia. Em Puxedo, o programa ‘Misturando’ promove a restauração de florestas mistas substituindo a monocultura de pinheiro, enquanto as atividades agrícolas dos

residentes reduzem as cargas de combustível. A Millara, na província de Lugo, beneficia de um mecanismo distinto: as suas vinhas em terraços de pedra funcionam como eficazes corta-fogo, um papel cada vez mais reconhecido, como pela certificação europeia Fire Wine.

### 4.3. Análise comparativa

Este grupo de 6 aldeias apresenta diferentes rotas para uma 'nova vida'.

Em Quintandona e Augas Santas, o investimento público substancial, combinado com o envolvimento dos residentes foi crucial. O despovoamento foi travado, há novas atividades, a arquitetura e o espaço público foram reabilitados e os eventos periódicos atraem visitantes.

Em Freixiel e Puxedo, o financiamento público continua importante, mas as dinâmicas de baixo para cima são mais visíveis. O cooperativismo agrícola em Freixiel e a Asociación de Veciños liderada pela comunidade em Puxedo demonstram que a identidade cultural e a ação coletiva podem ser os principais motores da revitalização, se o apoio institucional ajudar.

Em Paradinha e A Millara, a revitalização é resultado do interesse privado em aldeias abandonadas. Ambas alcançaram viabilidade económica e apelo para os visitantes, mas com zero e quatro residentes permanentes, respetivamente, continua a ser discutível se o sucesso económico se traduz em 'aldeias reais' ou, antes, em empreendimentos baseados no património num ambiente rural.

Em todos os casos, a prevenção de incêndios está intrinsecamente ligada à persistência dos assentamentos, onde a gestão das paisagens – seja através da agricultura, viticultura ou manutenção do património – reduz a vulnerabilidade aos incêndios florestais.

## 5. Conclusão

O papel dos programas financiados pela UE, particularmente o LEADER (I e II), foi essencial para o desenvolvimento rural com um certo renascimento socioeconómico, apesar das perdas populacionais. A combinação de iniciativas públicas e privadas, frequentemente coordenadas, revelou-se essencial para estabilizar a população, reabilitar espaços rurais degradados e promover atividades do setor primário.

Na Galiza, os esforços de longo prazo para a estruturação da propriedade aumentaram a mecanização agrícola e o potencial agrícola, enquanto no Norte de Portugal, o reconhecimento incompleto dos limites da propriedade e a prevalência do minifúndio limitam a produtividade.

A revitalização liderada pelo privado, exemplificada pela viticultura em A Millara, Ribeira Sacra (Galiza) e pelo desenvolvimento turístico em Paradinha, Arouca (Norte de Portugal), destaca o potencial dos recursos endógenos para gerar recuperação económica. No entanto, este modelo orienta-se para os visitantes urbanos e prioriza o lazer e o lucro em detrimento das atividades agrícolas ou pecuárias tradicionais, promovendo a 'desruralização' ou 'urbanização do rural'.

A política pública é central nas aldeias onde o despovoamento é mitigado ou mesmo invertido através de intervenções sustentadas e da participação ativa da comunidade. É o caso de Quintandona (Norte de Portugal) e Augas Santas (Galícia) que ilustram como fundos europeus e nacionais, combinados com o envolvimento dos moradores,



podem promover reabilitação do património construído, estimular as economias locais e promover o desenvolvimento rural sustentável de forma eficiente, com impacto na vida das pessoas. Eventos culturais anuais, como a Festa do Caldo de Quintandona e a Festa da Malla de Puxedo, desempenham um papel fundamental neste processo, com reforço da autoestima e coesão social, gerando também rendimentos, ao mesmo tempo que aumentam a notoriedade das aldeias.

As estratégias de prevenção de incêndios variam regionalmente, refletindo diferenças na gestão da paisagem e na perceção do risco. Na Galiza, as medidas enfatizam a resiliência territorial através da diversificação da paisagem e do controlo da vegetação em redor dos povoados, enquanto no Norte de Portugal, as intervenções focam-se principalmente na prevenção imediata de incêndios, incluindo a limpeza em redor das habitações, a instalação de hidrantes, a criação de abrigos de evacuação e a sensibilização dos residentes.

No geral, verifica-se que as 'histórias de sucesso' nas território rurais dependem da interação entre políticas públicas, iniciativa privada e envolvimento comunitário. Nas aldeias, para estabilizar populações, aumentar a vitalidade e reforçar a resiliência face a desastres são essenciais as estratégias integradas que combinam investimento em infraestruturas, restauro do património, diversificação económica e gestão ambiental.

Em todos os casos, as dinâmicas dependem muito do caso, pois cada situação apresenta desafios específicos. Os programas europeus, nacionais e regionais e o financiamento público são geralmente muito importantes. Mas é decisivo contar com a participação dos residentes em torno de uma visão coletiva, alinhamento público-privado e existir persistência. Tendo em conta esta conclusão, e o 'sucesso' (pelo menos parcial) em alguns dos casos apresentados, acreditamos que as políticas rurais da UE, nacionais e regionais devem garantir que o apoio financeiro esteja associado ao interesse e participação dos residentes desde o início, e que sejam criadas condições para que o processo de reabilitação e revitalização persista após o investimento público.

## Referências

- ACHTENHAGEN, L., NALDI, L. e MELIN, L. (2010), "'Crescimento Empresarial'—Praticantes e Académicos Falam Realmente sobre o Mesmo Assunto?", *Entrepreneurship Theory and Practice*, 34, pp. 289–316. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2010.00376.x>
- ANDERSON, A. R. (2000), 'Paradoxo na periferia: uma reconstrução empreendedora?', *Entrepreneurship & Regional Development*, 12, pp. 91–109. <https://doi.org/10.1080/089856200283027>
- ANTROP, M. (2004), 'Mudança da paisagem e o processo de urbanização na Europa', *Landscape and Urban Planning*, 67, pp. 9–26. [https://doi.org/10.1016/S0169-2046\(03\)00026-4](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(03)00026-4)
- ARNALTE, E. V. A., ORTIZ, D. M. e MORENO, O. (2008), 'Mudança estrutural na agricultura espanhola: Um novo modelo de ajuste no início do século XXI', *Papeles de economía española*, pp. 59–73–.
- ASCHER, F. (1995) *Métapolis ou l'avenir des villes*. Odile Jacob.
- AZEVEDO, J. (2021), 'O Programa de Transformação da Paisagem', *Forest for all*, 21.<sup>a</sup> ed.: Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais.
- BAUDIN, G., VAZ, D. M. e SILVA, M. C. (2014), *Transação territorial: novas relações cidade-campo*, Edições Húmus.
- BERNT, M., e RINK, D. (2010), '«Não relevante para o sistema»: A crise nos quintais', *International Journal of Urban and Regional Research*, 34, pp. 678–685. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2010.00985.x>
- BRINTON MILWARD, H. (2012), 'Estado Vazio'. [em:] ANHEIER, H. K. J., M. (ed.) *Enciclopédia de estudos globais*, Londres: Sage.
- BRYDEN, J., e BOLLMAN, R. (2000), 'Emprego rural em países industrializados', *Agricultural Economics*, 22, pp. 185–197. <https://doi.org/10.1111/j.1574-0862.2000.tb00017.x>
- CAMARERO, L., CRUZ, F., GONZÁLEZ, M., DEL PINO, J., OLIVA, J. e SAMPEDRO, R. (2009), *A população rural de Espanha. Dos desequilíbrios à sustentabilidade social. Fundação "la Caixa"*.
- CARVALHO, P. (2018), 'Dinâmica dos espaços rurais de baixa densidade em Portugal', *Méditerranée. Revue géographique des pays méditerranéens/Revista de geografia mediterrânica*.
- CAVACO, C. (2005), 'Paisagens rurais: do "determinismo natural" ao "determinismo político"', *Finisterra*, 40.
- CAVACO, C. M., J., COSTA, J. P., PEREIRA, A., VILARES, E., MOREIRA, P. e MAGALHÃES, M. (2021), *Planeamento Espacial e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Direção-Geral do Território.
- CCDR-N (2020), 'Estratégia de Desenvolvimento do Norte para o Período de Programação 2021-27 das Políticas da União Europeia' *Norte 2030*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- CDESERT, C. (2023), 'Desertificação e Desenvolvimento Rural - Vias de desenvolvimento em territórios despovoados', Município de Alcoutim.
- CHAMPION, A.G. (1989) *Counterurbanisation*, Edward Arnold.
- CHRISTOPHERSON, S., MICHIE, J. e TYLER, P. (2010), 'Resiliência regional: perspetivas teóricas e empíricas', *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3, pp. 3, –10. <https://doi.org/10.1093/cjres/rsg004>
- COLLANTES-GUTIÉRREZ, F. (2020), 'Tarde, mal y... ¿talvez nunca? Democracia espanhola perante a questão rural', *Panorama social*, pp. 15–32.
- CORBELLE-RICO, E., SÁNCHEZ-FERNÁNDEZ, P., LÓPEZ-IGLESIAS, E., LAGO-PEÑAS, S. e DA-ROCHA, J.-M. (2022), 'Pôr a terra a trabalhar: Uma avaliação dos efeitos económicos do recultivo de terras agrícolas abandonadas', *Land Use Policy*, 112, pp. 105808. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2021.105808>
- COVAS, A. (2016), 'A Ruralidade do Século XXI - Em Busca do Lado Virtuoso da Baixa Density', [em:] NEVES, A. O. (ed.), *Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- COVAS, A. (2020), 'Cidades Inteligentes e Criativas - Inteligência dos Territórios', *Lisboa: Edições Sílabo*.
- CRECENTE, R., ALVAREZ, C. e FRA, U. (2002), 'Impacto económico, social e ambiental da consolidação de terras na Galícia', *Land Use Policy*, 19, pp. 135–147. [https://doi.org/10.1016/S0264-8377\(02\)00006-6](https://doi.org/10.1016/S0264-8377(02)00006-6)
- DAX, T. (2014), 'A evolução da Política Rural Europeia', [em:] COPUS, A. L., e PHILOMENA DE (ed.), *Coesão Territorial na Europa Rural, A viragem relacional no desenvolvimento rural*, Routledge.

- DE HAAN, E., HAARTSEN, T., MEIER, S. e STRIJKER, D. (2019), 'Compreender o sucesso das iniciativas dos cidadãos rurais: Perspetivas dos fundadores', *Journal of Rural Studies*, 70, pp. 207–214. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.11.001>
- DGDR (1989), 'Plano de Desenvolvimento Regional 1989-1993', [em:] TERRITÓRIO, M. D. P. E. D. A. D. (ed.), Lisboa: Direção Geral de Desenvolvimento Regional.
- DINIS, A. (2006), 'Marketing e inovação: ferramentas úteis para a competitividade em áreas rurais e periféricas', *European Planning Studies*, 14, pp. 9–22. <https://doi.org/10.1080/09654310500339083>
- DOMINGUES, Á. (2011), *Vida no campo*, Dafne Editora.
- PARLAMENTO EUROPEU (1987), 'Boletim das Comunidades Europeias – O Futuro do Mundo Rural', *Comunidade Europeia, Europa, Mundo Rural, Parlamento Europeu, Política*, Bruxelas: Gabinete para Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- PARLAMENTO EUROPEU (2016), 'Fundos Europeus Estruturais e de Investimento 2014-2020: textos oficiais e comentários', *Política Regional e Urbana*, Luxemburgo: Comissão Europeia, Direção-Geral para a Política Regional e Urbana.
- PARLAMENTO EUROPEU (2024), *Ficha informativa sobre o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2022 para o continente, Portugal*, Parlamento Europeu.
- EGIF (2024), *Estatísticas Gerais de Incêndios Florestais*, Comissão de Combate a Incêndios Florestais - Governo de Espanha. Disponível: <https://www.miteco.gob.es/es/biodiversidad/temas/incendios-forestales/estadisticas-datos.html> [acedido em: 08.2025]
- FERNANDES, J. A. R., CHAMUSCA, P., BRAGANÇA, P., FORMIGO, N., MARQUES, H. e SILVA, Á. (2016), *Aldeias de montanha: os problemas, perspetivas e propostas, vistos das montanhas de Aboboreira, Marão e Montemuro, no Noroeste de Portugal*.
- FERNANDES, J. A. R. e SEIXAS, J. (2018), 'Cidades e urbanização no Portugal democrático', *Méditerranée*, 130. <https://doi.org/10.4000/mediterranee.10698>
- FERRÃO, J. (2000), 'Relações entre o mundo rural e o mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro', *EURE (Santiago)*, 26, pp. 123–130.
- FERRÃO, J. (2003), 'Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001', *Journal of Demographic Studies*, 34, pp. 17–25.
- FERRÃO, J. (2016), 'As geografias rurais do Antropoceno: ainda uma terra desconhecida?', *Agricultura, floresta e desenvolvimento rural*, pp. 249–257.
- FIGUEIREDO, E. (2008), 'Imagine que não há rural: a transformação dos espaços rurais em locais de conservação da natureza em Portugal', *European Urban and Regional Studies*, 15, pp. 159, –171.
- GENELETTI, D., LA ROSA, D., SPYRA, M. e CORTINOVIS, C. (2017), 'Uma revisão das abordagens e desafios para o planeamento sustentável nas periferias urbanas', *Landscape and Urban Planning*, 165, pp. 231–243. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.01.013>
- HILL, B. (2012), *Compreender a política agrícola comum*, Londres, Taylor & Francis Ltd.
- HORLINGS, L. e KANEMASU, Y. (2015), 'Desenvolvimento sustentável e políticas em regiões rurais; insights das Ilhas Shetland', *Land Use Policy*, 49, pp. 310–321. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2015.07.024>
- HURENKAMP, M. (2009), 'Organizar liberais, pensar conservador: cidadania em comunidades leves', *City in sight: Dutch dealings with urban change*, pp. 141-158–.
- ICNF (2024), *Gestão de Incêndios Rurais - Áreas Queimadas*, Portugal: Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas. Disponível: <https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfrgestaoinformacao> [consultado em agosto de 2025]
- IDRHA (2006), 'Atualização do Estudo de Avaliação de Médio Prazo do Programa de Iniciativa Comunitária para o Desenvolvimento Rural (Leader+)', [em:] CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDIOS ECONÓMICOS, C. (ed.), *Relatório Final*, 27 de março, Instituto para o Desenvolvimento Rural e Hidráulica.
- INE, E. (2024), *Censo agrário ano 2020*, Espanha: Instituto Nacional de Estadística de España. Disponível: [https://www.ine.es/dyngs/INEbase/operacion.htm?c=Estadistica\\_C&cid=1254736176851&menu=ultiDatos&idp=1254735727106](https://www.ine.es/dyngs/INEbase/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736176851&menu=ultiDatos&idp=1254735727106) [acedido em: maio de 2025]
- INE, P. (2021a), 'Censo 2021. XVI Censo Geral da População e Agricultura. XIV Censo Geral da Habitação', *Instituto Nacional de Estatística de Portugal*, Portugal: Censo 2021, [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0008855&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008855&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt) [acedido em: 04.2025].
- INE, P. (2021b), 'Censo da População Geral', *População residente em Portugal, segundo Local de Residência (na data dos Censos de 1960 e 2021)*, Portugal: Instituto Nacional de Estatística,

- [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0014381&contex=bd&selTab=tab2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0014381&contex=bd&selTab=tab2) [acedido em: 05.2025].
- JURADO ALMONTE, J. M. e PAZOS-GARCÍA, F. J. (2022), 'Sustentabilidade populacional e territorial dos espaços rurais em Espanha e Portugal', *CUADERNOS GEOGRAFICOS*, 61, pp. 61-87-. <https://doi.org/10.30827/cuadgeo.v61i2.23878>
- KIESS, J., NORMAN, L., TEMPLE, L. e UBA, K. (2017), 'Dependência do caminho e convergência de três mundos da política de bem-estar durante a Grande Recessão: Reino Unido, Alemanha e Suécia', *Journal of International and Comparative Social Policy*, 33, pp. 1-, 17. <https://doi.org/10.1080/21699763.2017.1281832>
- KOBAYASHI, A. (2019), *Enciclopédia Internacional de Geografia Humana*, Elsevier.
- KULKARNI, G. e RANJAN, R. (1992), 'Perceções do desenvolvimento como empoderamento', [em:] CINNEIDE, M. O., e GRIMES, S. (eds), *Planeamento do Desenvolvimento de Áreas Marginais* (pp. 135-142-), Centro de Estudos de Desenvolvimento, Centro de Investigação em Ciências Sociais: Faculdade Universitária de Galway.
- KUSIO, T., KUDELKO, J., BORGES, A., DELIC, A. e STROILA, I. (2022), 'Existem diferenças nos desafios do desenvolvimento rural dentro dos países europeus? Contextos sociais e económicos dos líderes rurais da UE', *International Food and Agribusiness Management Review*, 25, pp. 737-756-. <https://doi.org/10.22434/IFAMR2021.0147>
- LEI 11/2021 (2021), 'recuperação de terras agrícolas na Galiza', [em:] GALÍCIA, C. A. D. (ed.) *de 26 de junho de 2021*, Espanha: Diário Oficial do Estado - Governo de Espanha.
- LEI 19/1995 (1995), 'Modernização das Propriedades Agrícolas', [em:] ESTADO, J. D. (ed.) *de 4 de julho*, Espanha: Diário Oficial do Estado.
- LAW25/1982 (1982), 'agricultura de montanha', [em:] ESTADO, J. D. (ed.) *de 30 de junho*, Espanha: Boletín Oficial del Estado - Gobierno de España.
- LEI 797/85 (1985), 'Regulamento do Conselho (CEE) n.º 797/85 de 12 de março de 1985', [em:] EUROPEAN, U. (ed.), *Jornal Oficial da União Europeia*.
- LEDO, A. P. (2000), 'Uma Estratégia de Regionalização para Promover o Desenvolvimento Local Integrado: O Plano Comarcal de Desenvolvimento da Galiza.' *European Planning Studies*, 8, pp. 123-134. <https://doi.org/10.1080/096543100110965>
- MADRP (2007), 'Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (2007-2013). Ministério da Agricultura', Desenvolvimento Rural e Pescas de Lisboa.
- MARQUES, T. S. (2006), 'Portugal urbano: mosaicos, polaridades, relações e governação = mosaicos, polaridades, relações e governação', *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal = Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*, FLUP ed. Lisboa: Argumentum.
- MARTÍNEZ-FILGUEIRA, X., PEÓN, D. e LÓPEZ-IGLESIAS, E. (2017), 'Divisões intra-rurais e planeamento regional: uma análise de uma região tradicional de emigração (Galiza, Espanha)', *European Planning Studies*, 25, pp. 1237-1255-. <https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1319465>
- MENDES, A. M. S. C. (1992), 'Reforma da CAP: um ponto de vista da Região Norte', *ECO*, Portugal.
- MILICEVIC, V. (2023), 'A Política Agrícola Comum – Instrumentos e Reformas', *Fichas Informativas sobre a União Europeia*, Parlamento Europeu.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR, M. (2015), 'Portaria n.º 402/2015 de 9 de novembro' [em:] MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR, M. (ed.), *Lisboa: Diário da República*.
- MONTEIRO, A. (2019), 'Territórios interiores, coesão territorial e modelos de governação: sobre o tema do programa nacional para coesão territorial', *Territórios interiores, coesão territorial e modelos de governação: sobre o tema do programa nacional para coesão territorial*, pp. 127-151.
- MORENO, L. (2005), 'Estruturas agrárias e produtivas: diferenciação territorial e dinâmica regionales', *Geografia de Portugal*, 3, pp. 61-77.
- MPTAP, E. (2021), 'Plano de Recuperação: 130 medidas contra o desafio demográfico' [em:] PÚBLICAS, M. D. P. T. Y. A. (ed.), *Governo de Espanha*.
- NÈGRE, F. (2019), 'Segundo Pilar da PAC: Política de Desenvolvimento Rural', *Fichas Informativas sobre a União Europeia*, Parlamento Europeu.
- NÈGRE, F. D., STEPHANIE (2023), 'O Regulamento sobre os Planos Estratégicos da Política Agrícola Comum', *Fichas Informativas sobre a União Europeia*, Parlamento Europeu.
- NOGUEIRA, J., ARAÚJO, J. P., MAMEDE ALONSO, J., e SIMÕES, S. (2023), 'Terras comuns, gestão paisagística e desenvolvimento rural: um estudo de caso numa aldeia montanhosa no noroeste de Portugal', *Acta geographica Slovenica*, 63, pp. 51-67. <https://doi.org/10.3986/AGS.11081>

- NOVAIS, A., LOURENÇO, F. e BAPTISTA, F. O. (2000), 'Portugal (Continente)—uma leitura do rural', *Documento de Trabalho*, Departamento de Economia Agrária Sociologia Rural, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Pike, A., Béal, V., Cauchi-Duval, N., Franklin, R., Kinossian, N., Lang, T., ... Velthuis, S. (2023). 'Left behind places': a geographical etymology. *Regional Studies*, 58(6), 1167–1179. <https://doi.org/10.1080/00343404.2023.2167972>.
- PALMA PINAR, G. e MECHA LÓPEZ, R. (2022), 'Rumo a um novo desenvolvimento rural na Europa: análise da Iniciativa Smart Rural 21 e do Interreg em Espanha e Portugal', *Terra: Revista de Desarrollo Local*.
- PATO, L. (2020), 'Empreendedorismo e inovação para o desenvolvimento rural: evidência de uma área periférica em Portugal', *EUROPEAN COUNTRYSIDE*, 12, pp. 209, –220. <https://doi.org/10.2478/euco-2020-0012>
- PÉREZ RODRIGUEZ, N., ONEGA LÓPEZ, Q., MIRANDA BARRÓS, D., RIO FERNANDES, J. ROCHA, J., BLANCO BALLÓN, J., SEIXAS, A., BACHAREL, F., SILVA, E., BORGES, J. P., PINTO, D., GARCÍA FERNÁNDEZ, F., LÓPEZ COLMENERO, E., RIBAS ÁLVAREZ, A. E CASTRO VAAMONTE, R. (2024), *Manual de boas práticas e histórias de sucesso na gestão ativa do espaço*, Lugo. DOI 10.5281/zenodo.13808565
- PÉREZ-FRA, M. M., LÓPEZ-IGLESIAS, E., GARCÍA-ARIAS, A. I., SINEIRO, F. e LORENZANA, R. (2012), 'Representatividade e Participação Cívica nos Programas de Desenvolvimento Rural: O Caso do Programa PRODER na Galiza, Espanha', *Outlook on Agriculture*, 41, pp. 215–220. <https://doi.org/10.5367/oa.2012.0098>
- PIKETTY, T. (2014), 'Capital no século XXI', *Trad. Arthur Goldhammer/Belknap*.
- PINILLA, V. e SÁEZ, L.-A. (2021), 'Despovoamento rural em Espanha: características, causas e implicações para políticas públicas', *Orçamento e despesa pública*, 102, pp. 75–92.
- PIRES DE ALMEIDA, M. A. (2017), 'Desigualdades territoriais: despovoamento e políticas de desenvolvimento local no mundo rural português', *Desigualdades territoriais: despovoamento e políticas de desenvolvimento local no mundo rural português*, pp. 61-87–.
- POETA FERNANDES, G. (2019), 'Despovoamento rural, resiliência social e custos de contexto nos municípios fronteiriços do centro de Portugal. Dicotomias de reorganização social vs ausência de políticas públicas', *Economía Agraria y Recursos Naturales*, 19, p. 121. <https://doi.org/10.7201/earn.2019.01.07>
- PORTELA, J. (2020), 'O ambiente rural em Portugal: entre ontem e amanhã', *Obras de Antropologia e Etnologia*, 39.
- POTRAFKE, N. (2019), 'A ligação globalização—estado social: Evidências da Ásia', *The World Economy*, 42, pp. 959–974. <https://doi.org/10.1111/twec.12748>
- RODRIGUES, E. (2008), 'O desenvolvimento da Região Norte', *Geografia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.
- RODRÍGUEZ-POSE, A. (2000), 'Convergência económica e estratégias de desenvolvimento regional em Espanha: O caso da Galiza e Navarra', 1, p. 88.
- RODRÍGUEZ-POSE, A., TERRERO-DÁVILA, J. e LEE, N. (2023), 'Deixados para trás versus lugares desiguais: desigualdade interpessoal, declínio económico e ascensão do populismo nos EUA e na Europa', *Journal of Economic Geography*, 23, pp. 951–977. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbad005>
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. e LOIS GONZÁLEZ, R. C. (1998), 'Luces y sombras del desarrollo rural en Galiza', *Polígonos. Revista de Geografía*.
- ROLO, J. C., e CORDOVIL, F. (2014), *Rural, Agricultura e Políticas*, Lisboa, Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local | Ruranimar.
- RUMFORD, C. (2002), '7 Repensar as Relações Núcleo-Periferia', *A União Europeia: Uma sociologia política*, Wiley Online Library.
- SÁNCHEZ-ZAMORA, P., GALLARDO-COBOS, R. e CEÑA-DELGADO, F. (2016), 'A noção de resiliência na análise das dinâmicas territoriais rurais: uma abordagem ao conceito através de uma abordagem territorial', *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 13, pp. 93-116–. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr13-77.nrad>
- SANTOS, M. e SIMÕES, M. (2021), 'Globalização, Modelos de Bem-Estar e Despesa Social nos Países da OCDE', *Open Economies Review*, 32, pp. 1063, –1088. <https://doi.org/10.1007/s11079-021-09646-2>
- SASSEN, S. (1991), *A Cidade Global: Princeton*, Nova Iorque, Londres, Tóquio, Princeton University Press.
- SOJA (2010) *Seeking Spatial Justice*. University of Minnesota Press.

- SOLER, C., e FERNÁNDEZ, F. (2015), 'Estrutura da propriedade da terra em Espanha: Concentração e apropriação', Fundação Mundubat e Soberania Alimentar, Biodiversidade e Culturas Journal.
- SOTTE, F. (2004), 'Do CAP ao CARPE: o Estado da Questão', 87.º *Seminário da Associação Europeia de Economistas Agrícolas*, Viena: Associação Europeia de Economistas Agrícolas.
- TONKENS, E. H., VERHOEVEN, I., HEERINGS, M., KROESE, G., ROGGEVEEN, S., HERTOOGHS, M., MOERMAN, G. e BROUWERS, A. (2012), *Iniciativas dos residentes: campo de testes para parceria entre cidadãos e governo*, Pallas Publications Amesterdão.
- VASTA, A., FIGUEIREDO, E., VALENTE, S., VIHINEN, H. e NIETO-ROMERO, M. (2019), 'Políticas Baseadas no Espaço para a Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural: O Caso de uma Aldeia Portuguesa "Fiada" em Linho Tradicional', *Social Sciences*, 8. <https://doi.org/10.3390/socsci8100289>
- VIS, B., VAN KERSBERGEN, K. e HYLANDS, T. (2011), 'Até que ponto a crise financeira intensificou a pressão para reformar o Estado social?', *Social Policy & Administration*, 45, pp. 338–353. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9515.2011.00778.x>
- WOLFF, M. (2018), 'Compreender o papel dos processos de centralização nas cidades – Evidência a partir de uma perspetiva espacial da Europa urbana 1990–2010', *Cities*, 75, pp. 20–29. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2017.01.009>
- WOODS, M. (2007), 'Envolver o campo global: globalização, hibrididade e a reconstituição do espaço rural', *Progress in Human geography*, 31, pp. 485–507.